

CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
LIFETEC COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MATERIAL MÉDICO LTDA



Pelo presente instrumento particular, as partes a seguir nomeadas, qualificadas e no final assinadas:

ROBERTO AFONSO MIRANDA MARQUES, brasileiro, natural do Rio de Janeiro/RJ, solteiro, nascido em 22/03/1969, empresário, portador da carteira de identidade RG 07227148-9, expedida pelo IFP e do CPF nº 975.405.957/87, e **FERNANDA MARQUES BARBOSA**, brasileira, natural de Barra do Piraí/RJ, solteira, nascida em 30/03/1976, empresária, portadora da carteira de identidade RG. 010961457-8, expedida pelo IFP/RJ e do CPF nº 081.841.177-52, ambos residentes e domiciliados na Estrada Barão do Turvo, nº 101, Dorândia, em Barra do Piraí/RJ, CEP 27.160-000, ajustam e contratam entre si a constituição de uma Sociedade Simples Limitada nos termos da Lei nº 10.406/2002, do Novo Código Civil, sob as cláusulas e condições seguintes:

1ª) DA DENOMINAÇÃO

A sociedade girará sob a denominação social de **LIFETEC COMERCIO, MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE MATERIAL MEDICO LTDA**, podendo através de deliberação dos sócios, alterar a localização da sede e foro, abrir sucursais, filiais, escritórios e outras dependências em qualquer parte do Território Nacional ou no exterior.

2ª) DA SEDE SOCIAL

A sociedade terá a sua sede e foro na Estrada Barão do Turvo, nº 33, fundos, Dorândia, em Barra do Piraí/RJ – CEP nº 27.160-000.

3ª) DO OBJETIVO SOCIAL

A sociedade terá por objetivo social o de:

- 4645-1/02 - Comércio Atacadista de Próteses e Artigos de Ortopedia;
- 4645-1/03 - Comércio Atacadista de Produtos Odontológicos;
- 4645-1/01 - Comércio Atacadista de Instrumentos e Materiais para Uso Médico, Cirúrgico, Hospitalar e de Laboratórios;
- 4664-8/00 - Comércio Atacadista de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos para Uso Odonto-Médico-Hospitalar; Partes e Peças Esta Subclasse Compreende:
 - &Nbsp- Mobiliário Para Uso Médico-Hospitalar E Odontológico;
 - &Nbsp- Equipamentos De Laboratórios;
 - &Nbsp- Equipamentos De Monitoração Médica;



- &Nbsp- Equipamentos Médico-Cirúrgicos;
- &Nbsp- Outras Máquinas, Aparelhos E Equipamentos ;Odonto-Médico Hospitalares e Laboratoriais;
- Comercio Atacadista de Produtos Saneantes;
- Comercio Atacadista de Produtos Farmacêuticos;
- Manutenção Em Aparelhos Eletroeletrônicos; Eletromedicos; Eletroterapeuticos; Equipamentos De Irradiação, Equipamentos Hospitalares e Refrigeração Em Geral;
- Assistência Técnica Em Aparelhos Hospitalares;
- Aluguel De Material Médico;
- Representação E Serviço De Consultoria.



§ Único: A responsabilidade técnica pelas atividades descritas na Cláusula Terceira do Contrato Social será do engenheiro elétrico **Marcos Afonso Miranda Marques**, registrado no CREA sob n.º 40570-D, CPF n.º 347.131.587/04, a quem caberá executar as manutenções concernentes ao objeto social, nos termos do artigo 6º da lei 6530/78, regulamentada pelo Parágrafo Único do artigo 3º do Decreto 81871/78.

4ª) DO CAPITAL SOCIAL

O capital social será o de R\$30.000,00 (trinta mil reais), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas de R\$1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizadas, em moeda corrente, assim distribuídas pelos sócios:

Nome	Quotas	Valor
FERNANDA MARQUES BARBOSA	27.000	R\$27.000,00
ROBERTO AFONSO MIRANDA MARQUES	<u>3.000</u>	<u>R\$ 3.000,00</u>
TOTAIS	30.000	R\$30.000,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio, de conformidade com o disposto no artigo 1.052 do Código Civil (Lei 10.406, de 10/01/2002), é restrita ao valor de suas quotas, uma vez que todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - Os sócios declaram sob as penas da Lei que não estão incurso em quaisquer crimes previstos nos termos do § 1º do art. 1.011 do Código Civil.

5ª) DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A duração da sociedade será por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser dissolvida a qualquer época e operando-se a liquidação na forma estatuída pelo Código Civil vigente.



6ª) DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

A administração da sociedade será exercida, pelo sócio **FERNANDA MARQUES BARBOSA** que assinará e representará a sociedade ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e tem poderes para praticar todos os atos necessários à administração dos bens e negócios sociais, dentro das limitações estabelecidas nos parágrafos que se seguem:

§ 1º - É vedado ao sócio administrador o uso da denominação social em atos de mero favor, tais como, avais ou fianças a terceiros, estranhos a sociedade.

§ 2º - O sócio administrador não poderá praticar atos de liberalidade, bem como usar o nome da sociedade em transações alheias aos seus negócios.

§ 3º - Em suas deliberações, o sócio-administrador adotará preferencialmente a forma estabelecida no § 3º do art 1.072 da Lei 10.406/2002.

§ 4º - O sócio administrador poderá constituir procuradores para representar a sociedade outorgando-lhe poderes específicos e delimitados junto ao instrumento de mandato, conforme disposição do artigo 1018 da Lei 10.406/02.

§ 5º - Sem prejuízo de participação nos lucros sociais, terá o sócio administrador direito a uma retirada mensal, à título de "pró-labore", até o limite permitido pela legislação do imposto de renda e estabelecida de comum entre os sócios.

7ª) DA RETIRADA DA SOCIEDADE

O sócio que desejar retirar-se da sociedade deverá comunicar sua intenção ao outro, por escrito, com antecedência mínima de sessenta dias. Seus haveres, apurados em balanço geral na data da efetiva saída, ser-lhe-ão pagos em 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, iguais em seus valores históricos, porém corrigidas monetariamente conforme índices oficiais então vigentes, vencendo-se a primeira trinta dias após o balanço geral.

§ único - Nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir, total ou parcialmente as suas quotas de capital à terceiros, sem prévia consulta ao outro, que terá opção para as adquirir, ao prazo de 60 (sessenta) dias de ciência da intenção de ceder ou transferir, manifestada formalmente pelo sócio que o pretender fazer.

8ª) DO EXERCÍCIO SOCIAL

O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, devendo o administrador ou os administradores prestarem contas justificadas da administração, procedendo a elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e de resultado econômico, de acordo com o art. 1.065 do Código Civil, sendo os lucros ou prejuízos apurados em balanços regulares, distribuídos ou suportados entre os sócios, proporcionalmente às respectivas quotas de capital.



§ 1º - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deverão deliberar sobre as contas da administração e, se for o caso, designarão administrador ou administradores.

§ 2º - Mediante a deliberação dos sócios poderão, os lucros serem destinados, total ou parcialmente, à constituição de fundos de reservas ou permanecerem em suspenso, a fim de serem utilizados, oportunamente, em futuros aumentos de capital social.

9ª) DO FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIOS

O falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, não extingue a sociedade, continuando a mesma com o sócio remanescente e os herdeiros ou sucessores, do sócio pré-morto ou interditado. Estes herdeiros ou sucessores, não assumem as funções administrativas, nem deliberativas que cabiam ao pré-morto ou interditado, cabendo-lhe ainda, se preferirem, receber os seus haveres, com base no último balanço especialmente levantado para tal apuração e em 24 (vinte e quatro) prestações mensais e sucessivas, sem juros, vencendo-se a primeira 60 (sessenta) dias após o evento.

10ª) INCOMPATIBILIDADES

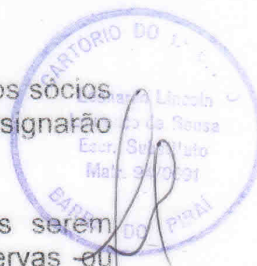
Os sócios declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, que as impeçam de exercerem atividade empresarial.

11ª) DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente instrumento, reger-se-ão pelas disposições legais pertinentes às sociedades simples e, subsidiariamente, pelas disposições aplicáveis na legislação reguladora das sociedades por ações, de conformidade com o parágrafo único, do art. 1.053, do Código Civil.

12ª) DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Todas as alterações contratuais, inclusive para modificação do tipo societário, para cisão, fusão ou incorporação, serão realizadas de conformidade com o estatuído no art. 1.076 do Código Civil/2002.



13ª) DO FORO

As partes elegem o foro da comarca de Barra do Piraí, estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas e/ou divergências, inerentes ao presente instrumento particular do contrato social.

Assim, por estarem de perfeito e comum acordo, justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só direito, na presença de duas testemunhas, devendo a primeira ser arquivada no Cartório do Serviço Notarial e Registral de Barra do Piraí, a fim de que se produzam os devidos e legais efeitos, reiterando todos os signatários não estarem incurso em nenhum dos crimes, previstos em lei, que os impeçam de exercer atividade mercantil.

Barra do Piraí, 05 de Setembro de 2008.

FERNANDA MARQUES BARBOSA

ROBERTO AFONSO MIRANDA MARQUES

Testemunhas:

Jose Sebastião Viana
CPF 050.899.217-68
Ident.: 020.960/O-7 – CRC/RJ em 04/02/1994

Luciano Sousa Vargas
CPF 032.765.317-55
Ident.: 080.425/O-2 – CRC/RJ em 20/11/1997

SERVIÇO NOTARIAL / REGISTRAL DO 1º OFÍCIO
Trav. Assumpção, 41 - Centro - Barra do Piraí - RJ - Telefax: (24) 2442-1830 / 2443-1091 - CEP: 27123-080

RECONHECIMENTO POR SEMELHANÇA A FIRMA DE: **ROBERTO AFONSO MIRANDA MARQUES**
FERNANDA MARQUES BARBOSA
BARRA DO PIRAI - RJ 15/09/2008. CUSTAS = 9,00

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE FISCALIZAÇÃO N° SAF31679

EM TESTEMUNHO DA VERDADE NOTARIAL E REGISTRAL SAF31680

GENTIL NASCIMENTO MARQUES
Tabelião Matricula: 06/2597

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO DE FIRMA
TATO FVC
SAF31679

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
RECONHECIMENTO DE FIRMA
TATO RDD
SAF31680

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO REGISTRAL
DTW
1ATO
RMI63840